

XIII

PEDAGOGIA DA OCUPAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O PROTAGONISMO DA JUVENTUDE PRETA, POBRE E PERIFÉRICA NAS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO*

Luana Luna Teixeira

INTRODUÇÃO

O presente estudo retoma a análise sociológica de Florestan Fernandes sobre o conceito de capitalismo dependente visando compreender a teorização desse conceito para pensar a particularidade do capitalismo e do racismo estrutural no Brasil, assim como, o desafio educacional manifesto num padrão dependente de educação e as lutas sociais que se contrapõem a esses.

Reconheço, desse modo, que a particularidade Brasil pertence à generalidade capitalismo por meio da especificidade capitalismo dependente, sendo, uma das formas que o desenvolvimento capitalista assume no decorrer da sua fase monopolista. Para Miriam Limoeiro Cardoso (2005), a especificidade do capitalismo brasileiro é estrutural e histórica: explica-se como parte de um determinado sistema de produção (capitalismo); em um determinado momento do seu desenvolvimento na história (capitalismo monopolista); e como parte específica do capitalismo na sua fase monopolista (parte heterônoma ou dependente).

Inscrevo ainda na esteira dessa análise o papel da burguesia nacional e sustento que o seu caráter autocrático e contrarrevolucionário solapou as possibilidades históricas de ruptura com o passado para a garantia da constante reatualização do pacto colonial manifesto na manutenção de um racismo naturalizado e, portanto, dissimulado, e ainda, num padrão dependente de educação que configura a nossa heteronomia cultural, conforme analisado nos capítulos anteriores. Articulo desse modo, a heteronomia cultural a análise do colonialismo educacional e, por conseguinte, ao racismo estrutural na especificidade capitalista dependente, entendendo-o como “um racismo por denegação”, o que impactou historicamente no apagamento e invisibilidade de nossa herança “Amefricana” (GONZALEZ, 2018, p. 329) bem como, no reconhecimento de

*DOI – 10.29388/978-65-86678-36-9-0-f.247-264

nossa identidade obnubilada pela desvalorização de nossa ancestralidade indígena e africana.

Como conclusão, proponho uma breve reflexão acerca da conceituação de uma Pedagogia da Ocupação, inspirada nas lutas do movimento estudantil de ocupação de escolas no ano de 2016, cujo protagonismo dá centralidade a atuação das mulheres - jovens estudantes e, também, dos estudantes cotistas, jovens pretos, pobres e periféricos.

PONTO DE PARTIDA: CAPITALISMO DEPENDENTE, COLONIALISMO, AUTOCRACIA E RACISMO ESTRUTURAL

“Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada.”
(Gonzaguinha, 1980)

Início esse texto referenciada na interpretação da professora Miriam Limoeiro Cardoso¹ (2005), de que os estudos sociológicos de Florestan Fernandes sobre o Brasil são delimitados, inicialmente, pela investigação sobre a sociedade brasileira e suas relações em âmbito nacional. Não obstante, a reflexão do saudoso sociólogo, desde muito cedo, o levou a incluir como parte integrante desse objeto a relação que essa sociedade singular manteria com algo que ele refere “como sendo ‘externo’ a ela” (CARDOSO, 2005). Contudo, a referida autora, ao considerar o princípio das investigações do sociólogo, pode-se admitir que essa “exterioridade” foi marcada por uma certa imprecisão, muito embora, não se descartava que essa exterioridade era um fator constituinte e, portanto, formador da sociedade.

Posteriormente, e como decorrência dessa percepção, essa autora observa uma mudança no horizonte analítico de Florestan Fernandes e, conseqüentemente, a reconstrução de seu objeto de pesquisa. Assim, a investigação sobre a sociedade brasileira é pautada pelas relações estabelecidas com os “centros exógenos”, derivando daí a sua definição, na época, idos de 1950, sobre “dependência cultural” – “[...] identificada como falta de originalidade ou de au-

¹ Faço a opção por escrever o nome da Professora Miriam Limoeiro Cardoso por extenso e de forma completa porque entendo a importância de visibilizar a produção acadêmica das mulheres, marcadamente apagadas pelas opressões de gênero que estruturam o capitalismo dependente brasileiro - autocrático, contrarrevolucionário, heteropatriarcal, cristão, elitista e branco.

tonomia da produção cultural no Brasil” (Idem, p. 09). Ressalta-se a importância da abordagem sociológica de Florestan Fernandes que, despreendida de uma unidade de análise mais imediata da sociedade nacional, reconhece que a relação entre essa sociedade e os “centros exógenos” ocorre sob a perspectiva de uma subordinação. Contudo, adverte Miriam Limoeiro Cardoso (2005), que à luz da teorização da dependência elaborada pelo sociólogo, esse encaminhamento ainda não seria suficiente para definir o objeto de pesquisa, “[...] que logo passa a ser inserido num sistema social inclusivo que se situa além dos limites assumidos quando se pensa ‘a’ sociedade ‘brasileira’ na sua particularidade” (Idem, p. 09).

Na vigência do desenvolvimentismo como ideologia dominante no Brasil, Miriam Limoeiro Cardoso (2005) destaca que Florestan Fernandes ao afastar-se da influência dessa ideologia, passa a admitir “[...] que para poder entender e explicar ‘o Brasil’, se torna necessário situá-lo no contexto das relações que o determinam estrutural e dinamicamente.” (CARDOSO, 2005 p. 09) Isto porque, “[...] a ideologia do desenvolvimento trata sempre o fato ‘desenvolvimento’ ou o objetivo ‘desenvolvimentismo’ circunscrito ao nível da análise sociológica do Estado-nação”. (CARDOSO, 2005, p. 09).

Considerando essa observação, a autora assinala a admissão por parte do pensamento florestaniano de que a formação da sociedade brasileira só se explica por sua relação com “centros exógenos”. Florestan Fernandes começa, assim, a construir uma problematização inovadora e avançada. A contribuição dessa nova problematização torna-se importantíssima para pensar o Brasil, o chamado “subdesenvolvimento” e o chamado “desenvolvimento”, apartado da ideologia do desenvolvimentismo.

Nesse caso, ao inscrever o objeto de pesquisa – a sociedade brasileira – nos marcos dessa percepção inovadora, Florestan Fernandes não só admite que “[...] há determinações da sociedade brasileira que se encontram em grande parte além do que se pode ser apreendido exclusivamente nos seus limites nacionais particulares” (CARDOSO, 2005, p. 10), como amplia seu horizonte analítico sobre a sociedade nacional - entendida como uma totalidade autodefinida ou autodefinível -, deslocando a perspectiva do objeto para o que designa recorrentemente como “civilização ocidental moderna” ou como “capitalismo moderno”. Desse modo, para Cardoso (2005), a partir daí, ele constrói um novo problema para a sua pesquisa: “[...] o da relação entre a sociedade brasileira e a expansão mundial do capitalismo”. (CARDOSO, 2005, p. 10).

Ao perceber que a absorção e a expansão do capitalismo no Brasil ocorrem determinada pelas influências estruturais e dinâmicas da ordem social capitalista global, Florestan Fernandes modifica o eixo de sua pesquisa e, afastando-se de um viés positivista, busca as relações e as determinações constitutivas entre a expansão capitalista e o Brasil, para posteriormente apreender os termos assim constituídos - expansão capitalista e Brasil - como resultados dessas relações e determinações. Desse modo, ainda que o objetivo da pesquisa seja o de entender a formação e a transformação da sociedade brasileira, “[...] a pesquisa supõe que esse objetivo só pode ser alcançado quando se consiga situar essa sociedade no conjunto historicamente significativo a que ela efetivamente pertença” (CARDOSO, 2005, p. 10), inter-relacionando desse modo, como essa sociedade é produzida nesse conjunto e de que forma essa produção ocorre. A obra florestaniana identifica esse conjunto como capitalismo e reconhece a formação capitalista em expansão mundo afora tanto como formadora de toda estruturação e historicidade capitalistas, quanto formadora de toda a estruturação e historicidade que se integre à expansão do capitalismo. Essa referência será importante e necessária para pensar a especificidade capitalista dependente.

Miriam Limoeiro Cardoso (2005) destaca que muito embora as questões de construção/reconstrução do objeto de pesquisa em Florestan Fernandes sejam de ordem metodológica, elas redundaram em importantes consequências teóricas, dadas a repercussão no plano político. Com efeito, ao analisar como elemento principal a acumulação de capital em seu processo de produção/reprodução e transformação internacional, o saudoso sociólogo esboça um outro plano analítico que se refere ao nível nacional – tomando como especificidade o caso brasileiro – que nessa perspectiva é compreendido como um caso particular da conjuntura internacional, isto é, como parte capitalista dependente do capitalismo monopolista em expansão. A importante descoberta que Florestan Fernandes faz é a de que a particularidade Brasil pertence à generalidade capitalismo por meio da especificidade capitalismo dependente.

Pode-se admitir, com base em Miriam Limoeiro Cardoso (2005), que o processo de teorização do conceito de capitalismo dependente, toma, primeiramente, como problema a ser equacionado no plano teórico, a relação entre o capitalismo em expansão mundial e a sociedade brasileira, percebida apenas como parte daquela expansão, nos marcos de uma relação parte/todo. Já, num segundo momento da pesquisa, marca um deslocamento crucial, “[...] quando começa a vislumbrar a existência de uma relação interna à expansão capitalista”

(Idem, p. 11) que decorre da forma de integração de diversas regiões do mundo à expansão do capitalismo:

De um lado, encontra ‘centros’ dessa expansão, os quais define por sua autonomia quanto à direção, ao volume e aos tempos dos movimentos do capital pelo mundo; de outro lado, encontra regiões que define pela falta de autonomia naqueles processos, falta de autonomia que Florestan designa então por heteronomia ou dependência (CARDOSO, 2005, p. 11).

Nesse sentido, esclarece-nos a autora que o problema da pesquisa agora reformulado busca apreender “[...] a forma de integração das ‘sociedades heteronômicas ou dependentes’ aos ‘centros de dominância’ da expansão capitalista.” (CARDOSO, 2005 p.11). É por esse viés analítico que Florestan Fernandes amplia a sua teorização, e elabora sinteticamente a caracterização dessa forma de integração. Assim, compreende o autor a existência de uma forma específica e particular, que o desenvolvimento capitalista assume nas economias dependentes, fato que o leva a formular o seu conceito de capitalismo dependente como uma forma do desenvolvimento capitalista no decorrer da fase monopolista.

Assim, ao tomar o capitalismo dependente como especificidade capitalista, sua pesquisa o conduz à constatação de que a especificidade – dependente – constitui-se como regularidade ou normalidade na fase monopolista do desenvolvimento capitalista. Cabe destacar que Florestan Fernandes atribuiu um conteúdo específico à heteronomia ou dependência capitalista. Desse modo, se a particularidade – heterônoma ou dependente - é forma de desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista, o saudoso sociólogo reconhece em suas elaborações a necessidade de identificar de que forma ocorre, especificamente e diferenciadamente, tanto a integração autônoma quanto heterônoma dos países e regiões na expansão capitalista moderna. Assim, segundo a autora, autonomia/heteronomia é uma capacidade ou não de decisão, direção e gestão do processo de produção e de reprodução do capital. Para Miriam Limoeiro Cardoso está claro que, ao construir o par autonomia/heteronomia, Florestan Fernandes tenta evidenciar, por exemplo, que o tipo de condução adotada pela expansão do capitalismo industrial nos países subdesenvolvidos é: “[...] uma industrialização divorciada dos interesses nacionais das sociedades que o absorvem, as quais se tornam em consequência, crescentemente subjugadas aos países cujas economias controlam o processo a partir de fora.” (FERNANDES, 1968, *apud* CARDOSO, 2005, p. 15).

A singularização da formulação do conceito – dependente – é percebido por Cardoso como uma contribuição teórica de máxima relevância, pois, não se trata de dependência em geral, ou seja, apenas como um mecanismo de relação entre partes diferentes de um mesmo sistema, antes, trata-se de um sistema determinado, sendo o capitalismo dependente uma forma particular e específica desse sistema (o mercado capitalista mundial, no momento monopolista do seu desenvolvimento), forma esta “[...] em que alguns dos setores e regiões que participam daquele mercado são moldados pelas forças hegemônicas desse próprio mercado de maneira singular, o que os torna uma particularidade desse desenvolvimento” (CARDOSO, 2005, p. 16) e da calibração do nexo de dependência.

Em suma, Florestan fornece indicações importantes quando reflete a nossa “[...] condição colonial como traço permanente, embora instável e mutável” (FERNANDES, 2008, p. 27). Para Cardoso (2005), o caráter – permanente – aí associado, revela o desenvolvimento do capitalismo com heteronomia, “[...] indicando que a ‘condição colonial’ que permanece, ao permanecer (ou quem sabe, para permanecer) muda de forma a cada nova fase do desenvolvimento capitalista.” Fala em colonialismo, imperialismo e capitalismo monopolista (Idem, p. 17).

Está claro que essa condição se altera continuamente: primeiro, se prende ao antigo sistema colonial; depois, se associa ao tipo de colonialismo criado pelo imperialismo das primeiras grandes potências mundiais; na atualidade, vincula-se aos efeitos do capitalismo monopolista na integração da economia internacional. Ela se redefine no curso da história, mas de tal modo que a posição heteronômica da economia do país, em sua estrutura e funcionamento, mantém-se constante. O que varia, porque depende da calibração dos fatores externos envolvidos, é a natureza do nexo de dependência, a polarização da hegemonia e o poder de determinação do núcleo dominante (FERNANDES, 2008 p. 27).

Por conseguinte, o pensamento florestaniano entende que a forma de desenvolvimento e expansão do capitalismo no Brasil – capitalismo dependente - e a forma de integração heteronômica do país à economia internacional, não são consequências exclusivas da dominação externa. “Pensa que faz parte do capitalismo a articulação entre os mecanismos ‘de fora para dentro’ (dos centros capitalistas hegemônicos para as economias capitalistas dependentes) e, ‘de dentro para fora’ (da periferia para os centros hegemônicos)” (CARDOSO, 2005, p. 18).

Para Miriam Limoeiro Cardoso, a inclusão do fator “interno” é, portanto, decisiva para se pensar o papel das burguesias locais como parceiras importantes da articulação “externo” e “interno” e vice-versa.

CAPITALISMO DEPENDENTE: APROPRIAÇÃO DUAL DO EXCEDENTE ECONÔMICO E A IDEIA DE RAÇA EMERGE COMO NATURALIZAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

O nosso passado colonial deita raízes profundas na formação social brasileira. Ele faz parte da configuração do nosso capitalismo dependente e alimenta a divisão racial do trabalho e o racismo como forma de dominação política das camadas populares e das classes trabalhadoras. Não se trata de uma mera herança da escravidão, mas de uma situação atual que estrutura e dinamiza as relações sociais capitalistas no Brasil. (COSTA, 2017, p. 9 *in* FERNANDES, 2017).

Ao considerarmos que a forma de desenvolvimento e expansão do capitalismo no Brasil repousa na dupla articulação “externo-interno” ou “centro-periferia”, inscrevendo a atuação das burguesias locais nesse processo como um fator relevante e determinante, temos que o modo de produção capitalista ao se implantar e se expandir criou e fortaleceu classes sociais que viabilizaram, de certa forma, a construção de processos tipicamente capitalistas e, também, processos de inserção capitalistas não típicos. Contudo, assinala Cardoso (2005) que, ambos processos são internacionais e locais e se moldam e se entrelaçam por meio de relações entre as classes sociais “[...] através de processos que são complexos e diferenciados-diferenciadores, mas não são duais nem criadores de dualidade.” (CARDOSO, 2005, p. 19). Desse modo, destaca Cardoso (*Idem*, *Ibidem*) que “em sociedades capitalistas dependentes, o desenvolvimento capitalista assume características que são específicas dessa heteronomia”.

Como particularidade dessa heteronomia, e pela atuação das burguesias locais, a exacerbação da exploração capitalista do trabalho criou exploração e expropriação excedentes, para nós, intensificadas pelos marcadores de gênero, raça e classe, promovendo um padrão de exploração típico do funcionamento do capitalismo. A construção do conceito de raça, no arcabouço do estado moderno, emerge ideologicamente como justificativa para a superexploração do trabalho com aprofundamento para as populações negras e indígenas, substrato fundamental à garantia da sobreapropriação repartida do excedente econômico. Nesses termos, racismo não pode ser encarado como uma patologia e nem uma mera herança da escravidão, mas como o funcionamento normal, estrutural e

dinâmico de uma sociedade, cujo desafio de compreensão, tamanha a complexidade, atravessa a política, a economia, o direito e a mídia, entre outros. Assim, racismo e colonialismo como uma relação de dominação, não são só realidades econômicas.

Dessa forma, entendemos com base no pensamento florestaniano que as relações estabelecidas entre as burguesias hegemônicas e as burguesias (nativas) dependentes não se esgotam nos limites de uma relação de dependência unilateral entre a periferia e o centro. Antes, implica considerar “[...] relações de dominação que se conjugam: dominação externa e dominação interna.” (CARDOSO, 2005, p. 20). Ou, como bem assinalou Miriam Limoeiro Cardoso (2005, p. 20) “A externa é realizada por meio da interna e esta se exerce não sobre um setor ou uma fração da burguesia, mas sim sobre trabalho e a massa da população”, conformando uma “condição colonial permanente” inscrita na manutenção do racismo estrutural e histórico, como projeto de nação pactuado entre essas burguesias.

A importância que os estudos de Florestan Fernandes atribuirão à análise do papel das burguesias locais é primordial para a compreensão da essência dos fenômenos de sobreapropriação e sobreexpropriação que reverberam na manutenção do estatuto colonial brasileiro e do racismo estrutural e histórico como normalidade e naturalidade, posto que o racismo à brasileira² disfarçado por uma falsa ideia de democracia racial, compõe com o colonialismo duas faces de uma mesma moeda, conjugando desse modo, um padrão de funcionamento e desenvolvimento que acomete o capitalismo dependente.

Em suma, recolocando as relações de classe e raça como constituintes centrais dos mecanismos que engendram o sistema capitalista com especificidades e particularidades características de forma dependente, inspiro-me em Miriam Limoeiro Cardoso (2005) e analiso aspectos decisivos para o processo de funcionamento e continuidade do capitalismo dependente: I) “[...] a importância da burguesia local que é parceira do grande capital internacional, ainda que seja como sócia menor e subordinada” (CARDOSO, 2005, p. 20); II) “a exasperação das relações de classe” (IDEM, p. 21) com aprofundamento do racismo, que caracterizam-se em essência pela sobreexploração e sobreexpropriação capitalistas do trabalho e do conjunto da população, naturalizada pela violência racial.

² Nosso entendimento acerca da caracterização do racismo à brasileira, entendido como racismo por denegação, está ancorado nas contribuições teóricas da Professora Lélia Gonzalez (2018).

Se, para Florestan Fernandes, o capitalismo dependente é especificidade heterônoma do sistema econômico capitalista na sua fase monopolista, de modo que o papel das classes sociais é fundamental para a compreensão da essência dessa especificidade dependente, temos que a constituição dessa especificidade se realiza por intermédio das burguesias locais que, como parceiras menores e subordinadas (subordinação consentida) das burguesias hegemônicas, impõem as populações negra e indígena, as trabalhadoras e aos trabalhadores, um padrão de expropriação excedente como garantia para uma sobreapropriação repartida do excedente econômico, que seja capaz de suprir as burguesias em sua parcela local e suas frações hegemônicas. Desse modo, o papel das classes sociais sob o capitalismo dependente também impôs como face de uma mesma moeda, como já dito, a manutenção da condição colonial (instável e mutável) e do racismo estrutural aos países periféricos, moldando, toda a sociedade capitalista dependente. Assim, “[...] não se trata somente de exploração (na verdade superexploração ou sobreexploração) econômica; trata-se de exploração/dominação capitalista dependente.” (CARDOSO, 2005, p.22)

Nesse sentido, histórica e estruturalmente, a magnitude da superexploração decorrente do padrão de sobreapropriação gerado para alimentar os interesses compartilhados entre as burguesias capitalistas dependentes e as burguesias hegemônicas foi e é incompatível com a dinamização de estruturas democráticas, ainda que restritas. Para Cardoso (2005), a própria suntuosidade e violência da superexploração parece requerer a restrição ao que de outro modo poderiam se tornar direitos da massa da população. Isso porque “[...] a democracia, mesmo que rigorosamente limitada aos padrões democráticos estritamente burgueses, exporia a risco a manutenção do excedente de exploração e de expropriação” (IDEM, p. 26) típicos desse capitalismo. A configuração política que daí incorre caracteriza-se por uma forma de dominação autocrática permanente, marca constitutiva de uma burguesia débil e vacilante, mas não fraca.

[...] como forma política da república democrática, uma ditadura de classe dissimulada com fundamento na representação, na divisão de poderes e nos direitos fundamentais dos cidadãos; como forma política dos regimes burgueses de exceção, uma ditadura de classe explícita, pela qual o poder real da minoria se organiza e se impõe sem o consentimento da maioria, garantindo pela força (coerção) a eficácia da democracia restrita (CARDOSO, 2005, p.14).

Recuperando na obra florestaniana a reflexão de que a nossa condição colonial se modifica ao longo da história da expansão do capitalismo, para a via-

bilização de sua própria estabilidade e, que a manutenção dessa estabilidade é condição que garante a sobrevivência de uma forma de dominação autocrática permanente, “[...] a sociedade de classes engendrada pelo capitalismo dependente na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos”. (FERNANDES, 1980, p. 26).

Logo, a manutenção do capitalismo dependente, do racismo, do colonialismo e da autocracia se apresentam como incompatíveis à defesa da vida. Assim, a dominação autocrática exercida pelas burguesias nativas dissimulou tanto uma república democrático-representativa pautada, sobretudo, pelo mito da democracia racial, quanto concretizou uma ditadura de classe explícita. A revolução democrática por dentro da ordem social competitiva foi abafada, e a atualidade do capitalismo monopolista, conjecturou de forma preventiva e prolongada qualquer processo de contestação, reflexão importante para pensarmos o desafio educacional de ruptura com um padrão dependente de educação bem como, as lutas sociais contra hegemônicas. Com efeito, como assinalou Florestan Fernandes (1980, p. 116) “[...] na medida em que a pressão direta das classes trabalhadoras e das massas populares não é o fator principal da transição [democrática], ela é determinada, regulada e contida pelos interesses das classes e frações de classe dominantes”

PEDAGOGIA DA OCUPAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O PROTAGONISMO DA JUVENTUDE PRETA, POBRE E PERIFÉRICA NAS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO

Estudante é bicho solto

Estudante é bicho doído

Cria sem Lei

Não respeita ninguém.

Sindicato, Conselho

Nada para!

Por isso a gente

Cala

Emburrece

Mata!

Moldemos os livros de História. Tira política das Escolas.

Mais seminário. Menos debate

Então a gente

bate.

Sucateia educação

Escola precária

Salas destruídas

Professores sem salário
Conteúdos massificados
Sem refeição
E se a nota for baixa culpe eles e fala:
"Estudem! Vocês são o futuro do mundo"
Mas se eles se rebelarem a gente grita VAGABUNDO!
Desce o cacete! Mas se eles se revoltarem, grava tudo
Expõe no Jornal, nas câmeras da TV.
São VÂNDALOS.
Mas se estiverem sangrando esconde que é pra ninguém ver.
Estudante é bicho solto, doido, sem dono.
Então bate, xinga, cala, mata!
Faz o que tiver que fazer
Só não deixa nenhum deles saber
Que sua força é capaz de mudar tudo
Estudante nenhum pode mudar o mundo - Mas vai!
(Joyce Willeman)

A crítica ao capitalismo dependente, ao colonialismo e ao racismo como projetos³ amalgamados de produção de violência e de horror nos impõe a tarefa de pensarmos, no campo educacional, sobre a complexidade da manutenção de um padrão dependente de educação que se apresenta para os países periféricos. Esse padrão dependente coaduna-se também com uma funcionalidade normativa, homogeneizante, contrarrevolucionária e anti-emancipatória, resultando na nossa heteronomia cultural permanente como uma face bastante perversa e violenta da institucionalização de escolas ancoradas em uma lógica desigual e segregacionista como funcionamento normal, onde racismo, classismo e meritocracia fundam uma educação para a degradação e o desencanto⁴.

Assim, temos que, a ideia de meritocracia quando compreendida de forma restritiva e unilateral com vistas ao alcance de metas e resultados que tendem a homogeneização e universalidade dos sujeitos sociais, bem como, das suas subjetividades, uma vez que privilegia os méritos individuais descolados dos contextos de vida, dialogando com números exclusivamente e não com po-

³ Faço a opção pelo uso da palavra projeto por entender que a condição subalterna e dependente é pactuada pelas burguesias hegemônicas com as burguesias nativas com vistas a manutenção do padrão dependente de educação. Contudo, entendo que a questão racial brasileira e o racismo não podem ser compreendidos como intencionalidade, deslocando para a ótica do individual a complexidade estrutural e sistêmica que se apresenta. Aqui, também cabe uma importante ponderação, qual seja, a compreensão de que o racismo é estrutural não isenta os sujeitos sociais da luta antirracista.

⁴ Pensamento inspirado em Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino (2019).

tências de vida, repercute na constituição de um cenário institucional violentamente desigual e dramaticamente perverso.

Do mesmo modo, ao justificar a finalidade educacional como investimento em capital humano e não em vidas humanas, a escola passa a considerar que a meritocracia e o individualismo conformam atributos positivos na sociabilidade das/os estudantes, esvaziando de sentidos a valorização da diversidade, da afetividade e da alegria na produção do conhecimento. No cenário histórico de lutas sociais e de resistências a essa realidade, vimos emergir nos anos de 2015 e 2016, de modo pujante, não só no cenário político nacional, como também na luta que se desenrolava dentro das escolas de educação básica e universidades, com protagonismo da juventude brasileira, a ocorrência do movimento de Ocupações Estudantis⁵.

As Ocupações Estudantis surgem numa conjuntura de grande turbulência política nacional - o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, a PEC 241 (Proposta de Emenda Constitucional), também conhecida como PEC da morte, a nova contrarreforma do ensino médio - MP 746⁶ (Medida Provisória) e, o Projeto Escola Sem Partido. Análises e pesquisas de autoras e autores diversos sobre as Ocupações Estudantis estabelecem confluências e similaridades organizacionais ao movimento de ocupação de escolas ocorrido no Chile em 2006 e 2011 e, na Argentina entre os anos de 2010 e 2014. Sobre isso, Groppo (2018), referenciado em Fachin (2017), nos mostra que:

Como prática da luta estudantil secundarista, entretanto, as ocupações foram recuperadas na América Latina pela “Revolta dos Pinguins” no Chile, em 2006, bem como de novo em 2011. Antes de serem aplicadas ao Brasil, foram usadas nas ações coletivas secundaristas na Argentina, entre 2010 e 2014. Durante os primeiros protestos contra a “Reorganização” das escolas em São Paulo, em 2015, o Coletivo O Mal-Educado, que contava com alguns integrantes vindos do MPL (Movimento Passe Livre), traduziu trechos da cartilha “Como ocupar um colégio?”, que teria sido usada pelo movimento argentino e chileno. (O Mal-Educado,

⁵ Para uma ampliação teórica sobre as Ocupações Estudantis sugiro as seguintes publicações: “O Movimento de Ocupações Estudantis no Brasil” organizado por Adriana Alves Fernandes Costa e Luis Antonio Groppo (2018), cuja publicação reúne textos de autores com representação de diferentes estados nacionais. Somam-se ainda o “Escolas de Luta” da coleção Baderna, sob organização de Antonia M. Campos, Jonas Medeiros e Márcio M. Ribeiro (2016); “Ocupar e Resistir – Movimentos de Ocupação de escolas pelo Brasil”, organizado por Jonas Medeiros, Adriano Januário e Rúrion Melo (2019); e ainda: “O governo das juventudes, o imperceptível e estranho aos controles: as ocupações secundaristas no Rio de Janeiro” de autoria de Maria Clara Fernandes (2019).

⁶ Convertida na Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.

2015). Destacava-se na cartilha a metodologia para organizar a ocupação, por meio de assembleias e comissões que cuidariam de limpeza, alimentação, segurança, comunicação, negociação, entre outras tarefas. Segundo Pablo Ortellado, teria circulado, antes do início das ocupações em São Paulo, no final de 2015, o documentário de Carlos Pronzato sobre a Revolta dos Pinguins no Chile. (GROPPO, 2018, p. 93).

Para Groppo (2018), as Ocupações Estudantis ocorridas em São Paulo no ano de 2015 e, posteriormente, retomadas no ano de 2016 em diversos estados do Brasil, a saber: Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará, Espírito Santo e no Mato Grosso, inaugurariam “um novo ciclo de ações coletivas ou lutas sociais, desde as jornadas de junho de 2013”. (p. 89), articulando-se ainda a um movimento internacional de lutas que toma como marco o ano de 2011 e, no Brasil, em especial, como já referenciado, o ano de 2013 e as Jornadas de Junho.

Independente de ser classificado como movimento, não há como negar a novidade e o impacto das ocupações. Como afirmam Piolli, Pereira e Mesko (2016), estamos assistindo no Brasil a um novo ciclo de ações coletivas ou lutas sociais, desde as Jornadas de Junho de 2013. As ocupações de escolas pelos secundaristas em diversos estados no final de 2015 e início de 2016, bem como as ocupações de escolas e universidades contra MP 746 e a PEC 55 no final de 2016, têm dado continuidade a esse ciclo. Caso se amplie o olhar, e se considere a “Primavera Árabe”, iniciada em 2012, bem como, o “Occupy Wall Street” e o movimento dos Indignados, tem-se um ciclo que adquire caráter internacional (JASPERS, 2016), com proeminente participação de jovens estudantes.” (GROPPO, 2018, p. 89).

Essa percepção de Groppo (2018) se alinha a um conjunto de análises, realizadas por diversos autores, registradas no livro “*Occupy – movimento de protestos que tomaram as ruas*”; livro organizado por David Harvey e publicado pela editora Boitempo no ano de 2012, como parte da coleção tinta vermelha. No texto de apresentação, Henrique Soares Carneiro nos diz, por exemplo, que:

No ano de 2011 ocorreu um fenômeno que há muito não se via: uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua. Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global. Começou no norte da África, derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia, e no Iêmem; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na

Espanha e Grécia e revolta dos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou Wall Street, nos EUA, alcançando no final do ano até mesmo a Rússia. (CARNEIRO, 2012, p. 7).

Ao lado da “Primavera Secundarista” brasileira em 2015, as Ocupações Estudantis nas universidades públicas de todo país, no segundo semestre do ano de 2016⁷, assim como no Colégio Pedro II e nos Institutos Federais, nos colocou diante do desafio de entender as pautas atuais da juventude brasileira, todavia, inscrevendo esse movimento à luta histórica em defesa e pela manutenção da educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada nas lutas das e dos trabalhadores, articuladas às pautas anticapitalista, antirracista, antissexista e anti-lgbtfóbica.

Considerando estudos anteriores que se debruçaram a entender as Ocupações Estudantis no Brasil, como uma linha de continuidade a um processo de resistência deflagrado internacionalmente, proponho como centralidade de análise que as Ocupações Estudantis, referenciam-se, principalmente, na luta histórica do movimento social negro, na busca por políticas reparatórias, que tomam como marco, no campo educacional, as políticas de cotas⁸ e, portanto, entendo, desse modo que, Ocupar e Resistir,⁹ no caso brasileiro, é uma luta histórica por justiça e reparação ancestral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Referenciada em autores como Cardoso (2005) Lima (2007) e Leher (2010) para analisar a realidade brasileira à luz da interpretação dos escritos de Florestan Fernandes, comungo da caracterização do Brasil, país capitalista dependente, para pensar sobre a nossa forma de integração ao capitalismo monopolista e ao imperialismo. Reconheço desse modo que, no capitalismo dependente, a impossibilidade histórica de ruptura com o passado assume centralidade e particularidade na definição da continuidade e na manutenção do pacto colonial, ainda que sob novas faces, de modo a garantir a preservação de um padrão composto de hegemonia burguesa, com vistas a salvaguardar a recomposição dos privilégios das elites econômicas, brancas e patriarcas.

⁷Refiro-me a aproximadamente a 1000 escolas ocupadas no ano de 2016, considerando uma representatividade em quase todo o território nacional.

⁸ Refiro-me as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

⁹ Ocupar e Resistir pode ser considerado um lema do movimento de Ocupação Estudantil.

A autocracia das burguesias nacionais nos legou a inviabilidade da nação como comunidade política, impasse histórico comum da América Latina, marcadamente pela presença de uma burguesia de caráter antirrevolucionário e despótico, uma burguesia que se submete a uma dominação externa, de tal modo que a essa subordinação corresponderia uma impossibilidade de reforma do capitalismo e não de uma debilidade, salvaguardando assim um padrão superexploratório do trabalho para a garantia da sobreapropriação repartida do excedente econômico. Para Florestan Fernandes (1995, p. 95) o despotismo da burguesia brasileira, enquanto forma de governo, corresponderia a uma condição contrarrevolucionária permanente “[...] que se engasta na tendência contrarrevolucionária do capitalismo mundial – o capitalismo monopolista da era atual”.

O desenvolvimento desigual e combinado associado ao caráter autocrático das burguesias nativas periféricas, determinou as debilidades dos nossos dinamismos democráticos, herança de uma revolução nacional estancada por conveniência da expropriação monopolista do excedente econômico pelas elites das classes possuidoras, e de uma revolução democrática impossibilitada pela ação dos estratos privilegiados que sufocam o espaço histórico para o aparecimento das classes trabalhadoras. Eis o dilema crônico típico do capitalismo dependente e ao mesmo tempo a reflexão urgente para que lancemos um olhar para história como processualidade e repensemos as nossas tarefas e estratégias de resistência enquanto classe trabalhadora organizada, entendendo a juventude como também protagonista e parceira na condução dos processos revolucionários.

A Pedagogia da Ocupação, inspirada nas lutas do movimento estudantil no ano de 2016, tem gênero, raça e classe demarcados, remete-se ao papel das mulheres no protagonismo das lutas sociais, dando centralidade a atuação das jovens estudantes e, também, dos jovens estudantes cotistas, pretos, pobres e periféricos. A pedagogia da Ocupação concebe a “educação como prática de liberdade” na construção do pensamento crítico, dialógico, respeitoso e transgressor, desse modo, convoco as reflexões do professor Paulo Freire (2005) e conecto às teorizações da professora bell hooks (2017) e assumo-os como importantes interlocutores da minha pesquisa ao lado da comunidade estudantil do IFRJ. A pedagogia da Ocupação aqui também entendida como fruto das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 é uma pedagogia para o encantamento do mundo porque opera na lógica de sabedorias ancestrais pretas e indígenas e, tem como horizonte político-poético de restituição de direitos, o reconheci-

mento, a visibilidade e a valorização de subjetividades oprimidas e marginais, avançando na construção do pertencimento desses estudantes a verdadeiras “Comunidades de Aprendizagem” (bell hooks¹⁰, 2017), reforçando a importância da identidade na esteira da Ancestralidade. Ancestralidade aqui compreendida como nossas raízes Amefricanas, nos termos conceituados pela professora Lélia Gonzalez (2018), qual seja, uma América que é ameríndia e africana por excelência, mas que nega suas raízes como reflexo de um racismo de denegação e de um colonialismo que configura a nossa condição heteronômica cultural permanente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. **Escolas de Luta.** São Paulo: Veneta, 2016.

CARNEIRO, H. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D; *et al.* **OCUPY: movimentos de protestos que tomaram as ruas.** São Paulo: Boitempo-Carta Maior, 2012.

CARDOSO, M. L. Sobre a Teorização do Capitalismo Dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, O. (org.). **Democracia e Educação em Florestan Fernandes.** Campinas: Editora Autores Associados; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense (EDUFF), 2005.

¹⁰ Gloria Jean Watkins assumiu o pseudônimo (em grafia minúscula) de “bell hooks” em homenagem à sua bisavó materna, Bell Blair Hooks, como uma forma de respeito, reverência, valorização e visibilidade de suas ancestrais negras e indígenas.

_____. COSTA, D. V. de A. Florestan Fernandes: luta de raças e de classes. In: FERNANDES, F. **Significado do Protesto Negro**. P. 7-20. São Paulo: Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo, 2017.

FERNANDES, M. C. **O Governo das juventudes, o imperceptível e estranho aos controles**: as ocupações secundaristas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2019.

FERNANDES, F. **Brasil**: Em Compasso de Espera. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Em busca do socialismo**: últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

_____. **Significado do Protesto Negro**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONZAGUINHA. **E vamos à luta**. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1980. LP

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana. SP: Editora Filhos da África, 2018.

GROPPO, L. A.; COSTA, A. A (orgs.). **O movimento de Ocupações Estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

HARVEY, D. **Ocuppy, movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. 2. ed. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2017.

LEHER, R. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, J P. **Os anos Lula:** contribuições para um balanço crítico 2003-2010. p. 369-412. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LIMA, K. **Contra-reforma na educação superior:** de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Flecha no Tempo.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

WILLEMANN, J. **Estudante é bicho solto.** (não publicado)